



Número: **0600476-61.2020.6.16.0057**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Thiago Paiva dos Santos**

Última distribuição : **29/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600285-16.2020.6.16.0057**

Assuntos: **Divulgação de Fatos Inverídicos na Propaganda Eleitoral, Cargo - Prefeito, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Divulgação de Notícia Sabidamente Falsa, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600476-61.2020.6.16.0057 que julgou procedente a representação formulada em face de Marli Guaita para determinar a retirada, em definitivo, da URL indicada na exordial, a qual demonstrou ser produto de fake news, bem como para condená-la ao pagamento da multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por inserção de conteúdo falso e ilícito, resolvendo o mérito na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. (Representação Eleitoral, com pedido liminar, ajuizada por coligação "Andirá no Coração" e Ione Elisabeth Alves Abib, em face de Marli Guaitá, alegando, em síntese, que em 29 de outubro de 2020 a representada publicou propaganda eleitoral negativa em sua página do Facebook - <https://www.facebook.com/marli.guaita/posts/3504132586302250> - , de que a representante Ione teria dito que, se perdesse as eleições, as obras no Município seriam paralisadas pelo candidato adversário, Sr. Kaneko, situação que afronta os arts. 242 e 243, do Código Eleitoral, razão pela qual requereu a imediata exclusão da publicação ilegal, com base no art. 38, § 6º, da Resolução TSE n.º 23.610/2019, eis que caracteriza propaganda eleitoral negativa acompanhada de "fake news", sob pena de multa no caso de descumprimento, e a procedência dos pedidos no mérito, com a condenação da representada à obrigação de retirar definitivamente os conteúdos ofensivos indicados, com imposição de multa pela divulgação de propaganda eleitoral irregular). RE3**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
MARLI GUAITA (RECORRENTE)	MARLI GUAITA (ADVOGADO)
ANDIRÁ NO CORAÇÃO 19-PODE / 55-PSD / 17-PSL / 25-DEM (RECORRIDO)	GUILHERME DE SALLES GONCALVES (ADVOGADO) EMMA ROBERTA PALU BUENO (ADVOGADO) WALDIR FRANCO FELIX JUNIOR (ADVOGADO) GEOVANE COUTO DA SILVEIRA (ADVOGADO) TIAGO DE JESUS ALVES (ADVOGADO)
ELEICAO 2020 IONE ELISABETH ALVES ABIB PREFEITO (RECORRIDO)	GUILHERME DE SALLES GONCALVES (ADVOGADO) EMMA ROBERTA PALU BUENO (ADVOGADO) WALDIR FRANCO FELIX JUNIOR (ADVOGADO) GEOVANE COUTO DA SILVEIRA (ADVOGADO)

IONE ELISABETH ALVES ABIB (RECORRIDO)		GEOVANE COUTO DA SILVEIRA (ADVOGADO) WALDIR FRANCO FELIX JUNIOR (ADVOGADO) EMMA ROBERTA PALU BUENO (ADVOGADO) GUILHERME DE SALLES GONCALVES (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
29945516	05/04/2021 18:39	Decisão	Decisão

Autos de RECURSO ELEITORAL (11548) nº 0600476-61.2020.6.16.0057
RECORRENTE: MARLI GUAITA
Advogado do(a) RECORRENTE: MARLI GUAITA - PR96717

RECORRIDAS: ANDIRÁ NO CORAÇÃO 19-PODE / 55-PSD / 17-PSL / 25-DEM, ELEICAO 2020
IONE ELISABETH ALVES ABIB PREFEITO, IONE ELISABETH ALVES ABIB
Advogados dos RECORRIDOS: GUILHERME DE SALLES GONCALVES - PR0021989, EMMA
ROBERTA PALU BUENO - PR0070382, WALDIR FRANCO FELIX JUNIOR - PR0091541,
GEOVANE COUTO DA SILVEIRA - PR0097109, TIAGO DE JESUS ALVES - PR0100945

Relator: THIAGO PAIVA DOS SANTOS

DECISÃO

Trata-se na origem de representação ajuizada pela Coligação “Andirá no coração” e Ione Elisabeth Alves Abib em face de Marli Guaita, sob a alegação de veiculação de propaganda eleitoral negativa na rede social Facebook.

Por sentença (id. 20551416), o juízo *a quo* julgou procedente a representação, aplicando à representada multa no importe de R\$ 5.000,00.

Irresignada, a representada recorreu (id. 20551816), aduzindo, em síntese, que apenas compartilhou publicação de terceiro que veicula mera informação e não propaganda negativa, razão pela qual requer a reforma da sentença.

Contrarrrazões, sem preliminares, pelo não provimento (id. 20552166).

Nesta instância, a Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pelo não conhecimento (id. 21806066), sob a alegação de intempestividade.

Intimada (id. 23690166), a recorrente deixou expirar o prazo para manifestação (id. 24140216).

É o relatório. Decido.

Sustenta a Procuradoria Regional Eleitoral que o recurso seria intempestivo, uma vez que a recorrente foi intimada da sentença em 13/11/2020 e o recurso foi interposto em 16/11/2020.

A respeito da contagem de prazo na justiça eleitoral José Jairo Gomes faz importante apontamento:

Porque a propaganda eleitoral só pode ocorrer no período eleitoral, forte é a influência do princípio da celeridade nas representações que a ela se referem. A demora na prestação jurisdicional pode resultar no prolongamento de condutas ilícitas em prejuízo da campanha por elas afetada. **Por isso, os prazos são contínuos e peremptórios, correndo nos finais**



de semana e feriados, no período compreendido entre o pedido de registro e a data-limite designada no calendário eleitoral para a diplomação dos eleitos. [Direito Eleitoral, 2020]

Nesse sentido, o art. 22 da Resolução TSE nº 23.608/19 dispõe que o prazo para a interposição de recurso eleitoral nas eleições municipais é de 01 (um) dia:

Art. 22. Contra sentença proferida por juiz eleitoral nas eleições municipais é cabível recurso, nos autos da representação, no PJe, no prazo de 1 (um) dia, assegurado ao recorrido o oferecimento de contrarrazões em igual prazo, a contar da sua intimação para tal finalidade (Lei nº 9.504/1997, art. 96, § 8º).

Cumpre salientar que a contagem de prazo não observa o disposto no art. 219 do CPC, tendo em vista que durante o período definido no calendário eleitoral, os prazos “relativos a representações, reclamações e pedidos de direito de resposta são contínuos e peremptórios e não se suspendem aos sábados, domingos e feriados, entre 26 de setembro de 2020 e as datas fixadas no calendário eleitoral”. [art. 8º, inciso I, da Resolução TSE 23.624/2020]

Assim, percebe-se que houve a publicação no Mural Eletrônico nº 71058/2020 em 13/11/2020 (sexta-feira) e interposição do recurso em 16/11/2020 (segunda-feira), isto é, fora do prazo legal que seria 14/11/2020.

Dessa forma, observa-se que o recorrente não se atentou ao prazo legal e interpôs o recurso de maneira intempestiva, uma vez que o período eleitoral perdurou até a diplomação dos eleitos em 18/12/2020, nos precisos termos do art. 1º, inciso V, da EC 107/2020.

Anota-se, por oportuno, que diante do caráter objetivo da intempestividade, seria dispensável a intimação da parte para manifestação prévia, sem que isso implique violação ao contido nos artigos 9º e 10 do CPC [TRE/PR, REI. 0600450-95.2020.6.16.0014, rel. Thiago Paiva dos Santos, 13/11/2020]. Mesmo assim, procedeu-se à intimação da parte, que restou inerte.

Ante ao exposto, NÃO CONHEÇO do recurso em razão da evidente intempestividade, com fulcro no art. 22 da Resolução TSE nº 23.608/19, art. 8º, inciso I, da Resolução TSE 23.624/2020 e na forma do artigo 31, inciso II, do regimento interno deste Tribunal.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

THIAGO PAIVA DOS SANTOS
Relator

